



EMENTA

1) Estímulo à atividade econômica: Incentivos à atividade produtiva

- Criar política permanente de atração de investimentos;
- Fortalecer o escritório de representação do Estado em Brasília;
- Modernizar e ampliar a infraestrutura do Estado.

2) Qualidade nos serviços públicos: modernização e padronizações dos procedimentos técnicos e administrativos

- Reformulação na estrutura administrativa do Estado, valorizando o quadro de funcionários nas funções que a administração deve efetivamente atuar;
- Tornar a Secretaria de Planejamento um órgão ativo para efetivamente planejar o Estado com metas e ações, visando à retomada dos investimentos;
- Desburocratizar e simplificar os procedimentos junto a Administração Pública;
- Promover o fortalecimento dos quadros técnicos, tanto na administração direta como indireta;
- Incrementar os investimentos nas empresas de economia mista.

3) Propostas de interesse do setor e toda a sociedade:

- Respeito aos contratos firmados com a Administração Pública e transparência em todos os seus atos;
- Reformular o procedimento de contratação de obras públicas;
- Maior investimento nos projetos de obras e serviços de engenharia;
- Atender a necessidade básica de moradia digna para a população de baixa renda;
- Atender demandas da comunidade por saúde, educação, saneamento e equipamentos urbanos;
- Elaborar planejamento estratégico para 20 anos;
- Promover políticas públicas que resultem em maior integração do povo do Paraná;
- Assumir papel de liderança a nível Nacional.



Ilustríssimo Senhor Candidato

Em mãos,

No momento em que se inicia a campanha política, para eleger o Governador (a) do Estado, o Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Paraná (Sinduscon-PR), a Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário do Paraná (ADEMI-PR), o Sindicato da Habitação e Condomínios (SECOVI-PR), o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA-PR) e o Instituto de Engenharia do Paraná (IEP), sentem-se no dever de manifestar algumas preocupações, propostas e reivindicações da engenharia, do setor da construção e do mercado imobiliário.

Estímulo à atividade econômica

No nosso entendimento, as atividades econômicas devem ser mais estimuladas pelos governantes, pois ainda têm sido penalizadas por excessiva carga de impostos, tributos e taxas nos três níveis de administração, Federal, Estadual e Municipal.

Ocorrendo a expansão da atividade econômica, são criados mais empregos e renda para as famílias e, conseqüentemente, minimiza-se, no futuro, a demanda por serviços públicos e sociais.

Neste ponto, a construção civil apresenta-se como o setor que oferece maior fator de multiplicação para cada real investido. Um emprego na construção civil gera outros quatro na cadeia produtiva, desde os fornecedores de insumos até a área de serviços no setor imobiliário.

Seguindo esta ótica, é preciso debater e criar, com urgência, incentivos à atividade produtiva no Estado. Sugerimos:

- Criar políticas permanentes de atração de investimentos que propiciem impacto positivo para as cidades e seus munícipes;
- Estimular o empreendedorismo e a criação de pequenas empresas prestadoras de serviços, permitindo “formalizar” as atividades desenvolvidas no Estado;
- Criar programas de incentivo à geração de empregos nos diversos setores da economia paranaense;
- Incentivar a integração viária e de transporte coletivo das cidades de grande porte com os municípios das Regiões Metropolitanas, de forma adequada;
- Aumentar a capacidade de investimentos do Estado que hoje está em menos de 1% do PIB.



- Fortalecer o escritório de representação do Estado em Brasília, como suporte efetivo da defesa dos interesses do Estado junto a União;
- Modernizar e ampliar a infraestrutura do Estado, de forma a atender as demandas do setor produtivo, contemplando a adequação a todos os modais de transporte. (ferrovia, portos, hidrovia, rodovia).

Qualidade nos serviços públicos

A modernização e padronização dos procedimentos técnicos e administrativos são essenciais à qualidade do serviço público. Desta forma, é possível impulsionar a atividade da construção civil, estimulando a geração de novos empregos, mais negócios e, conseqüentemente, ampliando o recolhimento de impostos aos cofres públicos.

Para tanto, entendemos que há necessidade de uma reformulação na estrutura administrativa do Estado, tornando-a mais moderna, atualizada e dotada de ferramentas tecnológicas adequadas, de forma a torna-la mais ágil, eficiente e eficaz, ao mesmo tempo mais leve para os contribuintes. Esse processo, além de permitir o incremento da capacidade de investimento do Estado, deverá ampliar e valorizar o quadro de funcionários nas funções que a Administração deve efetivamente atuar.

Desta forma, propõe:

- Seja feita prioritariamente uma reestruturação dos órgãos inerentes ao planejamento do Estado. Para isto propomos tornar a Secretaria de Planejamento um órgão ativo para efetivamente planejar o Estado com metas e ações, visando à retomada dos investimentos;
- Desburocratizar e simplificar os procedimentos junto à administração pública a fim de estimular e proporcionar condições para que as empresas possam participar de processos licitatórios;
- Promover alterações na Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar), com o objetivo de reestruturar a entidade e torna-la novamente um agente promotor, dando suporte aos municípios do Estado que queiram desenvolver projetos habitacionais;
- Para prefeituras de municípios que tenham estrutura condizente, delegar poder às Secretarias de Meio Ambiente e Urbanismo, de forma que estes tenham, efetivamente, a devida autonomia para deliberar sobre as aprovações de projetos em suas respectivas áreas, conforme o Plano Diretor da Prefeitura de cada cidade;
- Promover o fortalecimento dos quadros técnicos, tanto na administração direta e indireta, como, por exemplo, o Instituto Ambiental do Paraná (IAP), Corpo de Bombeiros e Paraná Edificações, bem como nas empresas de economia mista, visando:
 - 1) Diminuir a burocracia;
 - 2) Simplificar procedimentos administrativos;
 - 3) Agilizar aprovação de projetos;
 - 4) Fornecer suporte técnico efetivo para atendimento das demandas do órgão e da sociedade de forma ágil e eficaz.



- Reavaliar a real função da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC), para que a entidade tenha conhecimento do planejamento e zoneamento dos municípios, tendo como foco a mobilidade urbana e o desenvolvimento da região, por exemplo, deixando de atuar em questões pontuais de aprovação de projetos;
- Incrementar os investimentos nas empresas de economia mista.

Propostas de interesse dos setores e toda a sociedade

Ao assinalar propostas específicas defendidas pelo setor, as entidades ressaltam que toda a sociedade será beneficiada com a aprovação dessas medidas:

- Respeito aos contratos firmados com a Administração Pública e transparência em todos os seus atos;
- Estabelecer relacionamento respeitoso e adequado com os empresários que contratam obras públicas, obedecendo à legislação vigente, bem como praticando preços exequíveis, nas suas contratações;
- Reformular o procedimento de contratação de obras públicas, visando à utilização de métodos e equipamentos de construção mais atualizados que minimizem o impacto ao meio ambiente, à circulação de pessoas e veículos ao comércio, bem como à população de forma geral;
- Maior investimento nos projetos de obras e serviços de engenharia, contratando-os não pelo menor preço e sim pelo melhor preço, resultando no aumento da sua qualidade e consequente contratação de obras com menos termos aditivos, bem construídas e nos prazos estipulados;
- Desenvolver políticas efetivas para o crescimento econômico das regiões mais empobrecidas do Estado;
- Atender a necessidade básica de moradia digna para a população de baixa renda, desenvolvendo adequada política de habitação;
- Estabelecer convênios com os municípios para incentivar a produção de unidades habitacionais, e estimular melhorias, na faixa de 1 a 3 salários mínimos do Programa Minha Casa Minha Vida;
- Atender demandas da comunidade por saúde, educação, saneamento e equipamentos urbanos. Adotar política corajosa que enfrente problemas das favelas e invasões. Essas ações, a par de programas de estímulo à geração de empregos, podem reduzir significativamente a violência urbana.

Para viabilizar as sugestões anteriormente citadas, fica clara a necessidade de ampliação dos recursos para investimento na infraestrutura, no âmbito estadual, a partir de planejamento estratégico, com visão para pelos menos 20 anos, elaborado com competência técnica. Planejamento este que esteja vigente no primeiro mês do governo, para que as ações já possam ser iniciadas no menor espaço de tempo possível.

Porém, mesmo sem o planejamento, alguns investimentos na infraestrutura são imprescindíveis, independente da orientação política do nosso futuro Governador, como:



- Resolução da questão portuária marítima do Paraná;
- Ampliação e modernização da estrutura aeroportuária do estado, em especial Cascavel, Londrina e Curitiba, buscando também a efetivação em nosso Estado do Programa Federal de aeroportos regionais;
- Ampliação do Modal ferroviário do estado;
- Ampliação da capacidade de vários segmentos, por exemplo, a conclusão da duplicação de Ponta Grossa a Apucarana, e a Londrina.

Esses são alguns exemplos claros de investimentos urgentes. Não esquecendo, contudo, dos investimentos nas áreas de energia e saneamento, cujos recursos necessários são de mais fácil obtenção via parcerias com a iniciativa privada.

Empréstimos de organismos de fomento, de investidores privados para aplicação direta, ou em concessões, bem como em PPPs. Investimento bem planejado tecnicamente e bem feito se paga com o seu retorno.

Promover políticas públicas que resultem em maior integração do povo do Paraná, provocando o sentimento de orgulho por ser paranaense, também entendemos como relevantes para o desenvolvimento do Paraná, pois além de incrementar, se bem conduzida, a economia do Estado, poderá proporcionar maior união das nossas lideranças na defesa dos interesses paranaenses.

Por fim, em nosso entendimento, compete ao governador assumir um papel de liderança que vá além das nossas divisas, seja para **promover o Paraná atraindo novos investimentos**, seja para garantir recursos de todas as esferas de governo, ou para influir politicamente nos destinos do Estado e do País.

Certos de sua criteriosa análise, assinam o Sinduscon-PR, Ademi-PR, Secovi-PR, CREA-PR e IEP.